



## **SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente





## **SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.**

### **Demonstrações contábeis regulatórias**

Em 31 de dezembro de 2022

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto).....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Diretores e Administradores da  
**SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações contábeis societárias**

A companhia SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de março de 2023.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over the printed name.

Roberto Cesar Andrade dos Santos  
Contador CRC-RJ093771/O

Balancos patrimoniais  
 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.261	60.796
Contas a receber de clientes	5	5.246	4.187
Tributos a recuperar	6	3.721	2.092
Adiantamentos diversos		192	373
Despesas antecipadas		18	267
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>37.438</b>	<b>67.715</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais e cauções		373	10
Despesas antecipadas		-	117
Ativo fiscal diferido		-	21.230
Imobilizado	7	245.446	247.710
Intangíveis	8	12.526	10.307
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>258.345</b>	<b>279.374</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>295.783</b>	<b>347.089</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	9	1.658	3.857
Impostos corrente a pagar		632	477
Obrigações trabalhistas e sociais		-	9
Encargos setoriais		364	152
Contas a pagar parte relacionada		-	1.106
Debêntures	10	9.814	15.446
Dividendos a pagar	11	786	572
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	8
Outros passivos circulantes		69	6
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>13.323</b>	<b>21.633</b>
<b>Não Circulante</b>			
Debêntures	10	310.994	295.809
Provisão contingente	13	6.747	-
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>317.741</b>	<b>295.809</b>
<b>Patrimônio Líquido ( Passivo a descoberto)</b>			
Capital social	14	65.011	65.011
Reserva legal	14	5.097	3.735
Reserva de lucros	14	51.303	61.677
Resultado do exercício	14	(156.692)	(100.776)
<b>Total Patrimônio Líquido ( Passivo a descoberto)</b>		<b>(35.281)</b>	<b>29.647</b>
<b>Total Passivo e do Patrimônio Líquido ( Passivo a descoberto)</b>		<b>295.783</b>	<b>347.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos resultados dos exercícios  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	15	41.169	29.713
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(11.178)	(7.410)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>29.991</b>	<b>22.303</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(2.615)	(3.242)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>27.376</b>	<b>19.061</b>
Despesas financeiras	18	(40.011)	(52.983)
Receitas financeiras	18	5.196	2.598
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(34.815)</b>	<b>(50.385)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
		<b>(7.439)</b>	<b>(31.324)</b>
Contribuição social diferida	12	(5.620)	2.560
Imposto de renda diferido	12	(15.610)	7.134
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(28.669)</b>	<b>(21.630)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Prejuízo do exercício	(28.669)	(21.630)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(28.669)</b>	<b>(21.630)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido ( Passivo a descoberto)  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízo acumulado</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 01 janeiro 2021</b>	<b>65.011</b>	<b>(72.291)</b>	<b>55.230</b>	<b>3.392</b>	-	<b>51.342</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(21.630)	(21.630)
Constituição de reservas	-	(6.790)	6.447	343	-	-
Dividendos propostos	-	(65)	-	-	-	(65)
Prejuízo acumulado	-	(21.630)	-	-	21.630	-
<b>Saldo em 31 dezembro 2021</b>	<b>65.011</b>	<b>(100.776)</b>	<b>61.677</b>	<b>3.735</b>	-	<b>29.647</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.669)	(28.669)
Constituição de reservas	-	(26.988)	25.626	1.362	-	-
Dividendos pagos	-	-	(36.000)	-	-	(36.000)
Dividendos propostos	-	(259)	-	-	-	(259)
Prejuízo acumulado	-	(28.669)	-	-	28.669	-
<b>Saldo em 31 dezembro 2022</b>	<b>65.011</b>	<b>(156.692)</b>	<b>51.303</b>	<b>5.097</b>	-	<b>(35.281)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Prejuízo antes do Imposto de renda e Contribuição social</b>	<b>(7.439)</b>	<b>(31.324)</b>
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	7.967	4.309
Juros sobre debêntures tomados	34.038	44.305
Encargos sobre debêntures	143	-
Provisão (reversão) de contingências	264	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(5.450)	(2.598)
	<b>29.523</b>	<b>14.692</b>
<b>Variações dos Ativos e Passivos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(1.059)	(1.206)
Depósitos judiciais	(363)	(10)
Adiantamentos	181	-
Despesas antecipadas	367	258
Tributos a recuperar	(1.629)	(644)
Outros ativos	-	(372)
Proventos e encargos a pagar	-	(1.420)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.199)	(8.000)
Impostos correntes a pagar	147	311
Contas a pagar - parte relacionada	(1.106)	1.106
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(9)	-
Encargos setoriais	211	23
Outros passivos	59	5
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>24.123</b>	<b>4.743</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(1.391)	(19.032)
Compras de ativos intangíveis	(44)	(115)
Aplicações financeiras e recursos financeiros	5.450	2.598
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>4.015</b>	<b>(16.549)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de debêntures	(8.336)	(70)
Juros pagos de debêntures	(16.262)	(7.335)
Dividendos pagos	(36.045)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>(60.673)</b>	<b>(7.405)</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(32.535)</b>	<b>(19.211)</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	60.796	80.007
No final do exercício	28.261	60.796
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(32.535)</b>	<b>(19.211)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Objeto social

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “SE Vineyards”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 26 de maio de 2021, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações S.A, após o processo de reorganização societária realizada pela controladora anterior e atual controladora indireta Sterlite Brazil Participações S.A

A Companhia tem sua sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo. Sua controladora é Vineyards Participações S.A. Em 2022 sua acionista direta passou a ser a V2i energia S.A com 100%, desse percentual 82,30% foi adquirido em 13 de maio de 2022 e 17,70% em 30 de novembro do mesmo ano. Desta forma, a V2i passou a ser controladora indireta da Companhia.

No dia 21 de dezembro de 2022 a companhia passou a ser subsidiária integral da V2i Energia S.A, após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

### 1.2. Da concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

- (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### 1.2. Da concessão--Continuação

- (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537.

A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021.

O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$41.498 para o ciclo anual entre 1º de julho de 2022 e 30 de junho de 2023.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional--Continuação

### 1.2. Da concessão--Continuação

Adicionalmente a Companhia apresenta a informações no quadro abaixo:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (contrato de concessão) anual	Índice de correção	Inflação	RAP (REH 3.067) Ciclo 22/23	Parcela de ajuste 22/23	Data da entrada em operação comercial Elemento 1, 2 e 3
031/2017	30	2047	37.659	IPCA	8,04%	41.498	(1.870)	13/01/2020 - 27/06/2021 27/01/2022

### 1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

### 2.1. Declaração de Conformidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

### **2.1. Declaração de Conformidade--Continuação**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma companhia, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

### **2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor**

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

### **2.3. Moeda funcional e base de mensuração**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

### **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

## **3. Principais práticas contábeis**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

Dado o não posicionalmente da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações contábeis, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

#### 3.1 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

*Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

##### Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

*Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

##### Ativos financeiros--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Avaliação do modelo de negócio:*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Ativos financeiros--Continuação

##### *Avaliação do modelo de negócio--Continuação*

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

##### Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

*Reconhecimento inicial e mensuração* - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

##### Passivos financeiros--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

*Mensuração subsequente* - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.2 Instrumentos financeiros--Continuação**

##### Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

#### **3.4. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

#### **3.5. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.6. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

#### **3.7. Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 1% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

#### **3.8. Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

#### **3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### **3.12. Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

#### **3.13. Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

#### **3.14. Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

#### 3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco	2.608	4.119
Aplicação financeira (i)	25.653	56.677
<b>Total</b>	<b><u>28.261</u></b>	<b><u>60.796</u></b>

- (i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, 99% a 103% em 2022 e 99% a 103% em 2021, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$5.450 (R\$2.710 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	3.856	4.076
Outros (ii)	1.390	111
<b>Total</b>	<b><u>5.246</u></b>	<b><u>4.187</u></b>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$268 mil em 05/01/2023, R\$371 mil em 15/01/2023, R\$2.863 em 25/01/2023 e R\$354 mil em 05/02/2023.
- (ii) O saldo apresentado refere-se ao repasse CDE que recebemos como bonificação de adimplência da CCEE mais a receita de CCT-DIT.

Durante o ano de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que elas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

## 6. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	3.038	169
Imposto de renda retido na fonte	278	1.654
Contribuição social	65	65
Contribuição social retida	92	55
PIS retido	69	27
COFINS retido	179	122
<b>Total</b>	<b><u>3.721</u></b>	<b><u>2.092</u></b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 7. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2022 é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>										
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,57%	4.782	-	5.267	-	10.049	5.267	(606)	9.443	4.538
Máquinas e equipamentos	3,37%	153.937	-	90.201	-	244.138	90.201	(15.462)	228.676	146.076
Terrenos	0,00%	2.903	-	-	-	2.903	-	-	2.903	2.903
<b>Subtotal</b>		<b>161.622</b>	<b>-</b>	<b>95.468</b>	<b>-</b>	<b>257.090</b>	<b>95.468</b>	<b>(16.068)</b>	<b>241.022</b>	<b>153.517</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>										
	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Transmissão</b>										
A ratear	-	46.342	10.083	(54.787)	(1.638)	-	(46.342)	-	-	46.349
Adiantamento a fornecedores	-	-	1.912	(263)	(1.649)	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	2.727	23	-	(46)	2.704	(23)	-	2.704	2.727
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	11.239	-	(11.239)	-	-	(11.239)	-	-	11.239
Máquinas e equipamentos	-	32.145	5	(31.340)	(810)	-	(32.145)	-	-	32.144
Móveis e utensílios	-	14	-	(14)	-	-	(14)	-	-	14
Peças e sobressalentes	-	1.720	-	-	-	1.720	-	-	1.720	1.720
<b>Subtotal</b>		<b>94.187</b>	<b>12.023</b>	<b>(97.643)</b>	<b>(4.143)</b>	<b>4.424</b>	<b>(89.763)</b>	<b>-</b>	<b>4.424</b>	<b>94.193</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>255.809</b>	<b>12.023</b>	<b>(2.175)</b>	<b>(4.143)</b>	<b>261.514</b>	<b>5.705</b>	<b>(16.068)</b>	<b>245.446</b>	<b>247.710</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 7. Imobilizado--Continuação

Em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	31/12/2022 Depreciação Acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
<b>Transmissão</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,57%	10.049	(606)	9.443	4.538
Máquinas e equipamentos	3,37%	244.138	(15.462)	228.676	146.076
Terrenos	0,00%	2.903	-	2.903	2.903
<b>Subtotal</b>		<b>257.090</b>	<b>(16.068)</b>	<b>241.022</b>	<b>153.517</b>
<b>Em curso</b>					
<b>Transmissão</b>					
A ratear	0,00%	-	-	-	46.349
Depósitos judiciais	0,00%	2.704	-	2.704	2.727
Edificações, obras civis e benfeitorias	0,00%	-	-	-	11.239
Máquinas e equipamentos	0,00%	-	-	-	32.144
Móveis e utensílios	0,00%	-	-	-	14
Peças e sobressalentes	0,00%	1.720	-	1.720	1.720
<b>Subtotal</b>		<b>4.424</b>	<b>-</b>	<b>4.424</b>	<b>94.193</b>
<b>Total</b>		<b>261.514</b>	<b>(16.068)</b>	<b>245.446</b>	<b>247.710</b>

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
A ratear	-	10.083	-	10.083
Adiantamento a fornecedores	-	1.912	-	1.912
Depósitos judiciais	-	-	23	23
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5	-	-	5
<b>Total das adições</b>	<b>5</b>	<b>11.995</b>	<b>23</b>	<b>12.023</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 8. Intangível

A composição do imobilizado em 2022 é como segue:

Intangível	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreci. / Amort. Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo Intangível em Serviço Transmissão</b>									
Servidões	0,00%	9.305	-	3.221	12.526	3.221	-	12.526	9.305
<b>Subtotal</b>		<b>9.305</b>	<b>-</b>	<b>3.221</b>	<b>12.526</b>	<b>3.221</b>	<b>-</b>	<b>12.526</b>	<b>9.305</b>
<b>Ativo Intangível em Curso Transmissão</b>									
Servidões	0,00%	990	44	(1.034)	-	(990)	-	-	990
Software	0,00%	12	-	(12)	-	(12)	-	-	12
<b>Subtotal</b>		<b>1.002</b>	<b>44</b>	<b>(1.046)</b>	<b>-</b>	<b>(1.002)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.002</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>		<b>10.307</b>	<b>44</b>	<b>2.175</b>	<b>12.526</b>	<b>2.219</b>	<b>-</b>	<b>12.526</b>	<b>10.307</b>

Em serviço Transmissão	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022		31/12/2021
		Valor Bruto em 31/12/2022	Valor líquido	Valor líquido
Servidões	0,00%	12.526	12.526	9.305
<b>Subtotal</b>		<b>12.526</b>	<b>12.526</b>	<b>9.305</b>
<b>Em curso Transmissão</b>				
Servidões	0,00%	-	-	990
Software	0,00%	-	-	12
<b>Subtotal</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.002</b>
<b>Total</b>		<b>12.526</b>	<b>12.526</b>	<b>10.307</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 9. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de fornecedores	855	3.334
Retenções contratuais	45	61
Diversos	758	462
<b>Total</b>	<b><u>1.658</u></b>	<b><u>3.857</u></b>

## 10. Debêntures

a) As debêntures são compostas da seguinte forma:

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>Data final</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2ª Emissão de debêntures	IPCA + 5,2381%	15/07/2042	316.721	307.468
Juros sobre debentures			7.532	7.375
Custo de aquisição de debêntures			(3.445)	(3.588)
			<b><u>320.808</u></b>	<b><u>311.255</u></b>
<b>Circulante</b>			<b>9.814</b>	<b>15.446</b>
<b>Não circulante</b>			<b>310.994</b>	<b>295.809</b>

b) Movimentação de debêntures:

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Despesa de Juros</u>	<u>Encargos</u>	<u>Pagamento de Principal</u>	<u>Pagamentos de Juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Debêntures	311.255	34.038	143	(8.336)	(16.292)	320.808
<b>Total</b>	<b>311.255</b>	<b>34.038</b>	<b>143</b>	<b>(8.336)</b>	<b>(16.292)</b>	<b>320.808</b>
<b>Total circulante</b>	<b>15.446</b>					<b>9.814</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>295.809</b>					<b>310.994</b>

A Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, em dezembro de 2019, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a..

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 10. Debêntures--Continuação

### b) Movimentação de debêntures--Continuação

Em setembro de 2022 o Pentágono emitiu o Termo de Liberação de Garantias ("TLG") extinguindo a Companhia das obrigações relacionadas as seguintes cartas fiança: nº 6100119-A ("Carta de Fiança ABC Brasil"), nº 180416319 ("Carta de Fiança Santander") e nº 000119110020300 ("Carta de Fiança Itaú), todas com vencimento em 22/11/2022, de acordo com o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG") firmado em novembro de 2019 entre a Companhia e os fiadores bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas, desconsiderando o custo de aquisição estão distribuídos como segue:

	<b>31/12/2022</b>
2023	9.941
2024	10.866
2025	11.805
2026	12.815
2027 a 2042	278.826
	<b>324.253</b>

## 11. Partes relacionadas

### a) Dividendos a pagar

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Dividendos propostos</b>	<b>Pagamentos de dividendos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
V2I	572	259	(45)	786
<b>Total</b>	<b>572</b>			<b>786</b>

### b) Mútuo - ativo

A Companhia durante o exercício de 2022 concedeu um mútuo com a sua controlada Vineyards Participações correspondente ao valor R\$ 11 e foi baixado com dividendos no mesmo exercício.

### c) Mútuo - passivo

A Companhia durante o exercício de 2021 adquiriu um mútuo com a sua controlada Vineyards Participações correspondente ao valor R\$ 1.106, que foi integralmente liquidado em 01/2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 12. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ/CSLL	(2.016)	(31.324)
<b>Adições/Exclusões</b>		
Receita do ativo de contrato	-	(1.037)
Custo de construção (realizado)	(2.735)	(2.735)
<b>Total dos ajustes temporários</b>	<b>(2.735)</b>	<b>(3.772)</b>
	-	-
<b>Resultado fiscal</b>	<b>(4.751)</b>	<b>(35.096)</b>
IRPJ sobre prejuízo fiscal	1.188	8.774
IRPJ sobre ajustes temporários	(684)	(943)
CSLL sobre prejuízo fiscal	428	3.159
CSLL sobre ajustes temporários	(246)	(339)
<b>Total IRPJ/CSLL diferido</b>	<b>686</b>	<b>10.650</b>
<b>Exclusões Permanentes</b>	-	<b>(956)</b>
<b>Ajuste pela mudança tributária (i)</b>		
Saldo inicial dos impostos diferidos	21.230	-
Impostos calculados no ano	686	-
<b>Saldo Final IRPL/CSLL Diferidos (i)</b>	<b>(21.916)</b>	-
<b>Total de despesas IRPJ/CSLL - atualizado</b>	<b>(21.230)</b>	<b>9.694</b>

- (i) A Companhia revisa periodicamente as bases de suas obrigações legais, que incluem tributos diferidos, considerando sua interpretação da legislação vigente, incluindo suas alterações, evoluções de bases jurisprudencial, bem como suas interpretações às normas aplicáveis e oportunidades de planejamento fiscal disponíveis. Durante o exercício de 2022, a Companhia informou que não pretende retornar para o lucro Real, com isso foi feita a reversão do diferido sobre o prejuízo fiscal da companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 13. Provisão contingente

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

#### 13.1. Possíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui 6 (seis) processos contingentes trabalhistas avaliados como probabilidade possível, totalizando o valor de R\$510, baseado no parecer emitido pelos advogados portanto não foram provisionados.

#### 13.2. Prováveis

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão (a)	6.747	-
<b>Total</b>	<b>6.747</b>	<b>-</b>

- (a) A provisão está relacionada com a potenciais pagamentos que a Companhia poderá desembolsar relacionados a processos judiciais pendentes com o Fundiário. Existem 52 processos de natureza cível, todos decorrentes de constituição de servidão em que a SE Vineyards atua no polo ativo os quais expõe tal valor.

### 14. Patrimônio líquido ( Passivo a descoberto)

#### Capital social

Em 26 de maio de 2021, a Companhia passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participações S.A., após o processo de reorganização societária realizada pela controladora anterior e atual controladora indireta Sterlite Brazil Participações S.A. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, rua Avenida Pasteur, 110 - 9º andar.

Em 2022 sua acionista direta passou a ser a V2i energia S.A com 100%, desse percentual 82,30% foi adquirido em 13 de maio de 2022 e 17,70% em 30 de novembro do mesmo ano.

Ainda no mesmo ano, no dia 21 de dezembro de 2022 a empresa passou a ser subsidiária integral da V2I Energia S.A, após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é representado por ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	<b>65.010.641</b>	<b>65.011</b>	<b>100%</b>	65.010.641	65.011	100%
	<b>65.010.641</b>	<b>65.011</b>	<b>100%</b>	65.010.641	65.011	100%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 14. Patrimônio líquido ( Passivo a descoberto)--Continuação

##### Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	27.247	6.855
Reserva legal 5%	1.362	343
Reserva legal anos anteriores	3.735	3.392
Reserva legal do ano	1.362	343
<b>Total</b>	<b>5.097</b>	<b>3.735</b>

##### Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 1%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercíciossocietário	27.247	6.855
(-) Reserva legal 5%	(1.362)	(343)
Base para dividendos	25.885	6.512
Alíquota	1%	1%
<b>Dividendos propostos</b>	<b>259</b>	<b>65</b>

##### Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	27.247	6.855
Reserva legal 5%	(1.362)	(343)
Dividendos	(259)	(65)
Reserva de Lucros	<b>25.626</b>	<b>6.447</b>
<b>Movimentação da reserva de lucros</b>		
Saldo inicial	61.677	55.230
Dividendos intercalares	(36.000)	-
Constituição da reserva de lucro	25.626	6.447
<b>Total</b>	<b>51.303</b>	<b>61.677</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 14. Patrimônio líquido( Passivo a descoberto)--Continuação

##### Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício societário	27.247	6.855
<b>Lucro por ação</b>	<b>0,4191</b>	<b>0,0105</b>

##### Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(100.776)</b>	<b>(72.291)</b>
Prejuízo do exercício regulatório	(28.669)	(21.630)
Constituição da reserva de lucros	(25.626)	(6.447)
Constituição da reserva legal	(1.362)	(343)
Dividendos	(259)	(65)
<b>Saldo final</b>	<b>(156.692)</b>	<b>(100.776)</b>

#### 15. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	42.540	33.172
Receita de remuneração do ativo de contrato	-	1.037
Receita CDE	1.922	-
Receita CCT	1.544	1.678
Encargos do consumidor	(656)	(333)
PIS sobre faturamento	(748)	(1.041)
COFINS sobre faturamento	(3.433)	(4.800)
<b>Total</b>	<b>41.169</b>	<b>29.713</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 16. Custo dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com serviços tomados	(2.935)	(2.976)
Custo com depreciação e amortização	(7.967)	(4.309)
Custo com pessoal	-	(36)
Custo com locação de veículos	(13)	(34)
Custo com energia elétrica	-	(47)
Demais custos	(263)	(8)
<b>Total</b>	<b>(11.178)</b>	<b>(7.410)</b>

## 17. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(5)	-
Serviços de terceiros tomados	(1.771)	(1.672)
Outras despesas operacionais	(839)	(1.570)
<b>Total</b>	<b>(2.615)</b>	<b>(3.242)</b>

## 18. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros e variações monetárias (i)	(34.054)	(44.305)
IOF, comissões e taxa	(5.889)	(8.559)
Multa e acréscimos moratórios	(56)	(1)
Outras despesas financeiras	(12)	(118)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(40.011)</b>	<b>(52.983)</b>
Receita com aplicação financeira	5.450	2.598
Outras receitas financeiras	(254)	-
<b>Receita financeira</b>	<b>5.196</b>	<b>2.598</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(34.815)</b>	<b>(50.385)</b>

(i) O valor de juros sobre debêntures tomados em 2022 é R\$34.038 (R\$44.305 em 2021) e o valor de outros juros em 2022 é R\$16 (R\$0 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui também um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Axa Seguros (a)	Seguro Garantia	19,7	2 de ago de 2017 até 8 de mai de 2023
Swiss Re (b)	Riscos Operacionais	58,6	20 de dez de 2022 até 19 de fev de 2023
Swiss Re (c)	Responsabilidade Civil	30	19 de dez de 2022 até 19 de dez de 2023

- (a) A Companhia possui apólice emitida pela Axa Seguros, para cobertura de Seguro garantia e seu Limite máximo de indenização é de R\$19,7 milhões e um prêmio anual de R\$ 1.367;
- (b) Também possui apólices emitidas pela Swiss Re, referentes a Riscos Operacionais tendo um limite máximo de indenização de R\$58.6 milhões e um prêmio anual de R\$ 222.643;
- (c) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 30 milhões e um prêmio anual de R\$ 38.730.

## 20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e equivalente de caixa	2	28.261	60.796
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Contas a receber de clientes	2	5.246	4.187
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores	2	1.658	3.857
Debêntures	2	320.808	311.255

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 20. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

### 20.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

#### ***Risco de mercado***

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **20. Instrumentos financeiros--Continuação**

### **20.1. Fatores de risco financeiro--Continuação**

#### ***Risco de crédito***

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

#### ***Risco de liquidez***

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

### **20.2. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

## **21. Eventos subsequentes**

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis regulatórias societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### Balanço Patrimonial Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022 Regulatório	Ajuste	31/12/2022 Societário	31/12/2021 Regulatório	Ajuste	31/12/2021 Societário
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	28.261	-	28.261	60.796	-	60.796
Contas a receber de clientes	5.246	-	5.246	4.187	-	4.187
Tributos a recuperar	3.721	-	3.721	2.092	-	2.092
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	41.191	41.191	-	46.982	46.982
Adiantamentos diversos	192	-	192	373	-	373
Despesas antecipadas	18	-	18	267	-	267
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>37.438</b>	<b>41.191</b>	<b>78.629</b>	<b>67.715</b>	<b>46.982</b>	<b>114.697</b>
<b>Não Circulante</b>						
Concessão do serviço público (ativo de contrato) (i)	-	403.393	403.393	-	407.546	407.546
Depósitos judiciais e cauções	373	-	373	10	-	10
Despesas antecipadas	-	-	-	117	-	117
Ativo fiscal diferido (iii)	-	-	-	21.230	(21.230)	-
Imobilizado (ii)	245.446	(245.446)	-	247.710	(247.710)	-
Intangíveis (ii)	12.526	(12.526)	-	10.307	(10.307)	-
Outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>258.345</b>	<b>145.421</b>	<b>403.766</b>	<b>279.374</b>	<b>128.299</b>	<b>407.673</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>295.783</b>	<b>186.612</b>	<b>482.395</b>	<b>347.089</b>	<b>175.281</b>	<b>522.370</b>





Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação**

### **22.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário**

#### **(i) Ativo de contrato e concessão**

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## **22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação**

### **22.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação**

#### **(i) Ativo de contrato e concessão--Continuação**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

#### **(ii) Imobilizado e intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

#### **(iii) Passivo fiscal diferido e Imposto de renda e Contribuição social diferidos**

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

### 22.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

#### (iv) Patrimônio líquido ( Passivo a descoberto)

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	121.411	130.423
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(444.584)	(454.528)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	257.972	258.017
Passivo fiscal diferido e Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	29.920	95.735
<b>Patrimônio líquido regulatório ( Passivo a descoberto)</b>	<u>(35.281)</u>	<u>29.647</u>

#### (v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

#### (vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

#### (vii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

## 22. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

### 22.1 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

#### (vii) Lucro líquido do exercício--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>27.247</b>	<b>6.855</b>
Receita bruta (CPC 47)	(15.797)	(57.611)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(47)	16.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	(40.072)	12.848
<b>Prejuízo regulatório</b>	<b>(28.669)</b>	<b>(21.630)</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

\* \* \* \*

**Diretoria Executiva**

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca  
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto  
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas informações  
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9